

Implicações da mudança política na Turquia

Suhnaz Yilmaz

A ascensão ao poder dos islamitas moderados do Partido AK (Partido da Justiça e Desenvolvimento), na sequência das radicais alterações do cenário político turco nas recentes eleições, não provocou mudanças na política externa do país: a adesão da Turquia à União Europeia continua a ser uma prioridade central.

A União Europeia atravessa uma fase crítica, de reestruturação da União e da NATO e de definição do próprio futuro da Europa. A Turquia observa atentamente estes desenvolvimentos, procurando concluir com sucesso a sua longa odisseia europeia, Entretanto, no rescaldo das eleições de Novembro de 2002, a Turquia também atravessa um período de importantes mudanças na sua cena política.

Para melhor entender a drástica mudança política turca, é necessário recuar às mentes e às vidas dos cidadãos turcos na véspera das eleições. A manhã de 3 de Novembro foi igual a qualquer outra. Tinham uma cena política familiar, altamente fragmentada. O governo era assegurado por uma coligação de três partidos: o Partido da Esquerda Democrática, do primeiro-ministro Ecevit, o Partido da Acção Nacionalista, de direita, liderado por Bahceli, e o Partido da Pátria, de centro-direita, sob a liderança de Mesut Yilmaz. Nas eleições de 1999, estes partidos tinham recebido, respectivamente, aproximadamente 22%, 18%, e 13% dos votos e 24%, 23%, e 16% dos mandatos parlamentares.

Com os votos nas urnas e contados, no entanto, na manhã de 4 de Novembro a paisagem política da Turquia tinha mudado radicalmente. Nenhum dos partidos da coligação governamental ou dos principais partidos da oposição tinham conseguido alcançar o limiar dos 10% de votos à escala nacional. Consequentemente, não poderiam ser reeleitos para o parlamento e os seus líderes começaram a demitir-se, um após o outro. Em vez destes partidos, pela primeira vez desde os anos 50, o novo parlamento tinha apenas duas formações: o Partido AK (Partido da Justiça e Desenvolvimento) de Tayyip Erdogan, e o CHP (Partido Popular Republicano) de Deniz Baykal. O CHP, de centro-esquerda, que não tinha conseguido alcançar o limiar dos 10% nas anteriores eleições, teve 19% dos

votos e 32% dos mandatos parlamentares, emergindo como único partido da oposição na Assembleia Nacional. O AK teve uma larga vitória, conseguindo 35% dos votos e 66% dos lugares no parlamento. Pela primeira vez desde a vitória do então recém-formado Partido da Pátria de Ozal, em 1983, forma-se um governo com um só partido. Finalmente, o que tornou a mudança ainda mais dramática foi o facto de, num país secular como a Turquia, o governo ser formado por um partido islamita moderado.

Foi uma hecatombe no cenário político turco. O que indicam os resultados? Significam que os turcos, de um dia para o outro, passaram a ser muito religiosos? Apesar de o Partido AK ter uma base de apoio mais conservadora e religiosa, os resultados não reflectem um súbito aumento da religiosidade do eleitorado turco. As razões subjacentes ao sucesso do AK são muito mais socioeconómicas que religiosas.

Os resultados eleitorais foram, em primeiro lugar e sobretudo, um reflexo dos forte descontentamento socioeconómico, que se aprofundou muito com as crises económicas. Em 2001, por exemplo, o crescimento real do PIB foi de -7.4% e a taxa de inflação chegou aos 68.5% . Estes desoladores indicadores económicos foram acompanhados por altos níveis de desemprego. Segundo os dados oficiais, aproximadamente 500,000 pessoas perderam o emprego durante as crises económicas. Com a falência de muitas pequenas e médias impensas, os números reais são muito maiores. O governo de coligação fez alguma reformas económicas estruturais importantes, há muito necessárias, mas os benefícios dessas mudanças só serão sentidos a longo prazo. Até lá, os efeitos adversos da crise económica prepararam o final do anterior governo. Segundo, os resultados eleitorais são uma reacção à instabilidade política e económica causada por um espectro político muito fragmentado e por uma série de coligações governamentais que foram incapazes de dar resposta às necessidades e expectativas das massas. Terceiro, a inabilidade dos partidos de centro-direita e de esquerda para se auto-avaliarem criticamente diminuiu o poder do centro-direita tradicional (como o Partido da Pátria e o Partido do Verdadeiro Caminho) e do centro-esquerda (Partido da Esquerda Democrática). Este vazio permitiu aos partidos das margens a deslocação para o centro. Finalmente a fadiga política dos turcos com os mesmos velhos líderes, que reapareciam sistematicamente, reflectiu-se claramente no voto. O partido mais atingido foi o Partido da Esquerda Democrática de Ecevit, cuja votação caiu drasticamente de 22.17% para 1.22% . É um reflexo claro da desilusão com os partidos “que já foram experimentados” e do desejo de novas lideranças políticas, com visão.

O Partido AK emergiu como partido dominante nas eleições por três razões centrais. Primeiro, tinha uma forte agenda socioeconómica, particularmente atraente para os eleitores com rendimentos mais baixos, os mais afectados pela crise económica. Por outro lado, o AK enfatizou fortemente o facto de não ser corrupto. Segundo, com Tayyip Erdogan, introduziram um novo e carismático rosto na cena política turca. Erdogan fez um bom mandato como presidente da câmara de Istambul, particularmente nas áreas suburbanas, onde forneceu pão mais barato e expandiu a rede de transportes. Finalmente, ao apresentar-se como um partido moderado islâmico de centro-direita, não desafiando o sistema secular da Turquia, o Partido AK alargou a sua base de apoio. A subsequente emergência do termo “muçulmanos democratas” permitiu ao AK recolher um número significativo de votos que tradicionalmente iriam para os partidos de centro-direita. Ao alcançar os seus objectivos, no entanto, o AK enfrenta agora o desafio de conseguir o equilíbrio entre as diferentes facções do partido, algumas das quais muito conservadoras. Se o AK conseguir ser bem sucedido na reconciliação entre o Islão e a Democracia e corresponder às cautelosas expectativas optimistas dos turcos, poderá também ser um bom exemplo para outros países muçulmanos.

Quais as implicações das eleições para a política externa turca, particularmente para as relações Turquia-União Europeia? Imediatamente a seguir às eleições, houve um esforço consolidado para obter uma data para o início das negociações de adesão na Cimeira de Copenhaga. Tanto o governo como os partidos da oposição, bem como os círculos empresariais e as organizações não-governamentais, partilham o objectivo da adesão da Turquia à União Europeia – e existe, para além disso, um forte apoio público. Entretanto, a questão de Chipre é fulcral. Apesar de o lado turco ter algumas preocupações importantes, particularmente no que se refere a questões territoriais, a proposta das Nações Unidas representa uma valiosa janela de oportunidade, que deve ser tomada a sério e cautelosamente analisada por ambos os lados. Também os Estados Unidos apoiam fortemente a adesão turca e pressionam as partes para a resolução do conflito cipriota.

A Turquia está consciente dos sérios problemas económicos e políticos que tem e com o novo governo dará toda a prioridade à sua resolução. Resolver estes problemas é importante não só enquanto passo para a adesão da Turquia, mas é também essencial para a consolidação democrática e recuperação económica do país. A Turquia tem bem presente que o seu processo de adesão não será rápido nem fácil. Já introduziu 34 importantes alterações constitucionais em questões tabu, como garantir os direitos de

radiodifusão e de educação à minoria curda ou eliminar a pena de morte numa altura especialmente sensível, quando estava em decisão o futuro do líder terrorista turco Abdullah Öcalan. Uma vez que a Turquia encara este processo com toda a seriedade e determinação, dará prioridade aos aspectos remanescentes dos critérios políticos de Copenhaga, como a prevenção da tortura, e à aplicação das leis recentemente adoptadas.

Entretanto, os países da União Europeia também devem analisar algumas questões, que há muito adiam. Primeiro, como é que a União se pretende definir, e o que significa ser um “cidadão da União Europeia”, sobretudo após o alargamento? E, neste contexto, o que fazer quanto às relações Turquia-UE?

As opiniões no seio da União variam muito. Por um lado, existem políticos abertos, como o deputado português Guilherme d’Oliveira Martins, que vêem a União Europeia como “uma comunidade plural de destino e valores” e realçam a importância do multiculturalismo. Por outro lado, existe outro grupo, cujas visões se identificam com as palavras de Giscard d’Estaing, de forte oposição à adesão da Turquia, que tende a definir a Europa em termos culturais e religiosos exclusivistas. Por outras palavras, reclamando que a Turquia não é um país europeu e que, sendo um país muçulmano, não deveria ser aceite na União, que é essencialmente um clube cristão.

Esta linha de raciocínio provoca dois problemas centrais. Primeiro, o contexto histórico do desenvolvimento das relações da Turquia com a Europa e a União Europeia. Durante a Guerra Fria, sendo membro da NATO, a Turquia era vista como um país europeu indispensável, crucial para a segurança europeia. A Turquia é membro do Conselho de Europa desde 1949. Assinou um acordo de associação com a Comunidade Europeia em 1963, criou uma união aduaneira em 1995 e foi, finalmente, oficialmente reconhecida como país candidato na Cimeira de Helsínquia, em 1999. Assim, parece deveras estranho que Giscard d’Estaing faça um comentário tão extemporâneo como “a Turquia não é um país europeu”. Mais, ele deveria ser recordado que o seu antecessor, o General de Gaulle, afirmou em 1963 que a “Turquia era um país europeu e, logo, elegível para aderir” enquanto vetava a entrada do Reino Unido .

Segundo, se se põe o Cristianismo no centro da identidade europeia e se define a Europa em termos religiosos exclusivistas, o que se faz à substancial população muçulmana europeia? E, muito importante, onde ficam os outros ideais e valores básicos e o conceito de sociedade aberta que a Europa clama defender? O termo sociedade aberta foi

originalmente cunhado pelo filósofo francês Henri Bergson e posteriormente desenvolvido pelo filósofo austríaco Karl Popper na sua famosa obra de 1945 *A sociedade aberta e seus inimigos*. Enquanto Popper apresentava uma crítica à República de Platão, também definiu as sociedades abertas ao nível mais fundamental e filosófico. A sua definição baseava-se no facto de que as acções das pessoas se desenrolam com um conhecimento limitado e imperfeito e ninguém possui a verdade absoluta. A nível prático, a sociedade aberta caracteriza-se pelo Estado de direito, o respeito pelos direitos humanos e pelos direitos das minorias. Em vez de uma estrutura política e social rígida e exclusiva, baseia-se na participação e na inclusão. Acredita-se no poder enriquecedor da diversidade em harmonia. De uma forma geral, o conceito de sociedade aberta abrange os aspectos positivos da democracia e é suposto definir os valores centrais da identidade europeia.

Nesta encruzilhada, é crucial que as sociedades e mentes abertas prevaleçam na definição do futuro da Turquia, da União Europeia e da relação mútua, e que se estabeleça um debate e um diálogo construtivos que siga nessa direcção.